



FRONTEIRA OESTE, GENTE E MOVIMENTOS: MARCAS DOS QUILOMBOS NO OESTE MATOGROSSENSE

Acildo Leite da Silva¹

Resumo: O objetivo deste artigo é percorrer o movimento de formação da fronteira oeste matogrossense, que teve na vila-capital da capitania de Mato Grosso, em 1752, a representação mais autêntica dessa política de expansão fronteiriça de dominação de espaço e gente, apreendendo como pretexto para a formação das *Hidras na/da fronteira* bem como do movimento de gentes na dinâmica da *fronteira oeste* que também abrigou quilombos ou seja, formação *aquilombamento* que possibilitou uma trajetória, nesta parte mais a oeste dos domínios da América Portuguesa, a se constituir de fronteira da mineração à *fronteiras da Hidra*. E sobre as marcas e trânsito desses negros cativos e liberto, ora associado aos ameríndios na formação de quilombos que se essa escrita histórica.

Palavras-chave: fronteira oeste; formação de quilombo; transito de cativos e liberto.

OESTE BORDER, PEOPLE AND MOVEMENTS: MAROONS' BRANDS IN THE OESTE OF MATO-GROSSO

Abstract: The purpose of this article is to go through the forming movement of Mato Grosso western border, which had in the village-capital of the State of Mato Grosso in 1752, the more authentic representation in this policy of border expansion and domination of people and space learning as a pretext for the formation of Hydras in/of the border as well as the people's movements in the dynamics of the western border that also harbored maroons. Namely, the formation of maroons allowed a path in this western part of the Portuguese America's domains, to constitute mining's border to Hydra's border. Moreover, what about the brands and transit of these captives and freed blacks, now associated with the Amerindians in maroons training in this historical writing.

Keywords: western border; maroon formation; transit of captives and feed people.

FRONTIÈRE OUEST, GENS ET MOUVEMENTS: MARQUÉS DES MARRONNAGES NO OUEST DU MATOGROSSO

Résumé: Le but de cet article est de passer par le mouvement de la formation de la frontière occidentale du Mato Grosso, qui avait dans le village-capitale de l'Etat du Mato Grosso en 1752, la représentation plus authentique de cette politique d'expansion du frontière, de la domination de l'espace et les gens, saisir comme prétexte pour la formation des Hydres dans/de la *frontière* ainsi que les mouvements des personnes dans la dynamique de la *frontière occidentale* qui abritait également marronnages, ou soit, formation *quilombamento* qui a permis à un chemin dans cette partie plus à l'ouest des régions de l'Amérique Portugaise, pour constituer l'exploitation minière *frontière à Hydra*. Qu'en est-il des marques et le transit de ces captifs et des noirs libérés, parfois associés à des Amérindiens dans la formation marronnage que cette écriture historique.

Mots-clés: frontière occidentale; la formation marronnages; circulation de captifs.

¹ Professor Doutor de História da Educação, do Departamento de Educação II da Universidade Federal do Maranhão e membro do NEAB/UFMA.



FRONTERA OESTE, GENTE Y MOVIMIENTOS: RASGOS DE LOS QUILOMBOS EN EL OESTE MATOGROSSENSE

Resumen: El objetivo de este artículo es discutir el movimiento de formación de frontera oeste mato-grosense, que tuvo en la villa-capital de la capitanía de Mato Grosso, en 1752, la representación más auténtica de la política de expansión de la frontera, dominación de espacio y gente, aprendiendo como pretexto para la formación de las *Hidras en la/de la frontera* bien como de los movimientos de gentes en la dinámica de la *frontera oeste* que también abrigó quilombos o sea, formación *aquilombamento* que posibilitó una trayectoria, en esta parte más al oeste de los dominios de la América Portuguesa, a constituirse de frontera de la mineración a la *fronteras de la Hidra*. Y sobre las marcas y tránsito de estos negros cativos y liberto, ora asociado a los amerindios en la formación de quilombos que se esa escrita histórica.

Palabras-claves: frontera oeste, formación del quilombo, tránsito de cativos y liberto

Em 1º de março de 1840 o Exm. Sr. Doutor Estevão Ribeiro de Rezende, Presidente da Província de Mato Grosso, por ocasião da Abertura da Assembleia Legislativa Provincial recitou o seu discurso de abertura prestando contas dos seu feitos e apresentado um relatório que na parte referente a objetos diversos relatou:

[...] Existe desde à muitos anos, como não ignoraes hum Quilombo junto á barra do Rio Piraputanga Termo desta cidade, no qual estão refugiados innumeráveis escravos de hum e d'outro sexo pertencente a diversos pessoas desta Capital.

Eu vindo para esta Província, ainda viajava pelo sertão além do Araguaya, quando tive noticia deste Quilombo, de sua força, dos seus recursos, e do perigo que ele ameaçava tantos aos viandantes, como aos fazendeiros circunvizinhos, e encontrando-me com estes tive de ouvir aos seus justos clamores por falta de providencias. Reconheci pois urgente a a necessidade de mandar batê e destruir semelhante Quilombo, e fil-o aproveitando, para este fim a força daquela Bandeira de que anteriormente fallei, expedida sobre os Indios Coroados.

Fora estabelecido elle como acima disse, junto a barra do piscoso Rio Piraputanga onde havião deseseis boas cazas de morada todas feitas por escravos fugido, bem cosntruidas, com dous e trez lanços, sendo daas de alto sobado, e todas colocadas de modo tal que formavão entre si huã praça vasia. Tinhão grandes rocas, porque o seo forte era a lavoura, e tão provisionados os seus seleiros que não foi possível a Bandeira dar consumo aos mantimentos que achara.

A numerosa escravatura que ali existia tentou resistir á Força, que se lhe apresentou por meio de d'armas, porem logo cedeo, evadindo-se alguns, e sendo presos muitos escravos, escravas, e crianças de hum e d'outros sexo, os quaes de ordem minhas logo aqui chegarão, forão entregues a seus donos.

Consta-me que outros Quilombos existem em diversos lugares da Província, fazendo-se notável hum que há nas proximidades de Vila Maria. Covem fazelos bater e destruir. Estas reuniões de escravos fugidos são más não so pelos prejuizoz que occasionão a seus donos,mas também pelo perigo de segurança de vida e fazenda dos póvos, e finalmente pelo alento que dão a fuga de outros escravos, a quem offerecen guarida.

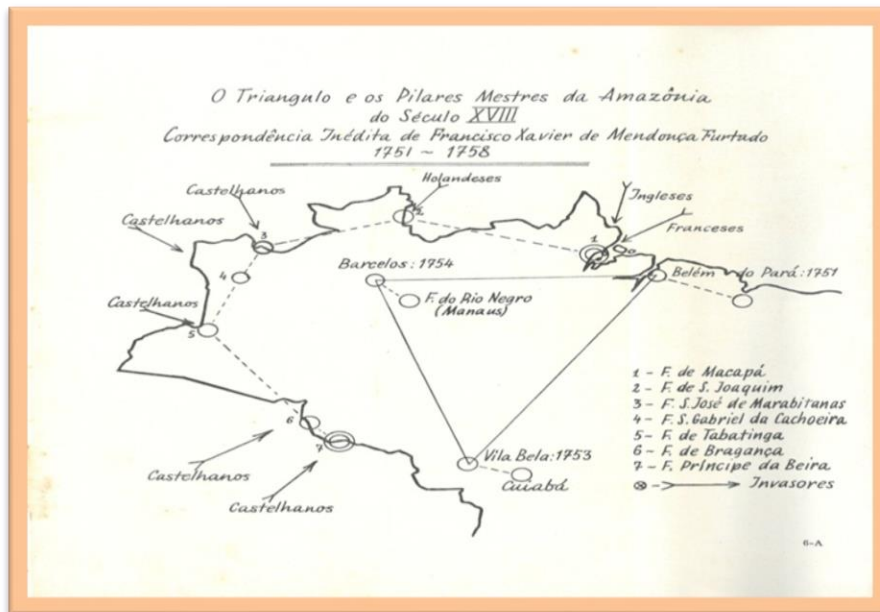


Esta parte do relatório do então Presidente de Província faz referência a um dos movimentos sociais mais importantes e desafiador a escrita historiográfica sobre os *quilombos na fronteira oeste matogrossense*, que a primeira vista remete a um exame mais atento à ocupação portuguesa que se avançava às margens do rio Guaporé, levando o povoamento cada vez mais para o oeste em função da descoberta de ouro nesta região, em 1731, onde se formou um núcleo urbano próximo dos povoados espanhóis, através das missões a uma distância de trinta léguas. Pois, desde o início da ocupação, esta região de Mato Grosso teve o ônus de ser zona de fronteira responsável por salvaguardar e ampliar o povoamento português nesta parte da América, assim definido a partir da criação da capitania de Mato Grosso por carta Régia de 9 de maio de 1748.

O retorno ao tempo pretérito, com a intencionalidade de buscas de justificativa ao tempo presente no que se tange a legitimidade histórica no reconhecimento das territorialidades quilombolas na contemporaneidade do oeste mato-grossense, se justifica porque o oeste de Mato Grosso é fronteira de movimentos e singularidades de gente ameríndia, africana, portuguesa e espanhola. Essa gente constituiu-se como fronteira colonial, como antimoral para guardar domínios – de terras e gentes - e, também, como fronteira do norte, já que pelas monções do norte a vila-capital da Capitania de Mato Grosso formava o “*O Triângulo e os Pilares Mestre da Amazônia do Século XVIII*” como bem demonstra as correspondências inéditas de Francisco Xavier Mendonça Furtado, governador da Capitania do Grão - Pará Maranhão 1751 – 1758, trocadas entre a coroa e Dom Antonio Rolim de Moura, governador da Capitania de ato Grosso.



Figura 1. O Triângulo e os Pilares Mestre da Amazônia do Século XVIII



Fonte:

E sobre essa perspectiva, a do norte que me proponho a refletir sobre a fronteira oeste, sua formação, seus movimentos e suas gentes – espanhóis, portugueses, índios e negros livres e cativos - na formação e reconfiguração dessa fronteira que se “*revelou como o território da morte e o lugar de renascimento (...)*”, nascimento de lugar da liberdade do cativo, como bem expressou Flavio Gomes (2005), lugar do surgimento da *Hidra*², de um *campo negro* onde africanos aquilombados restabeleciam teias de intercâmbios sociais e econômicos entre os fugitivos escravizados, grupos indígenas, e outros.

Essa metáfora da *Hidra e os Pântanos* cunhados por Flavio Gomes constitui-se como ferramenta, como bem destaca Robert Slenes na apresentação da referida obra, para apreender o denso e fluido terreno em que os quilombos travou suas relações de solidariedade e de preservação de sua liberdade – e de esconderijo – é perfeito para compreender os lugares de *renascimento dos quilombos* na fronteira oeste, uma *fronteira hidráulica* e marcada por *Hidra*. Esses quilombos erguidos em “*terras alagadas evocaria a frustração das expedições repressoras, que constantemente atolavam no ambiente social em torno dos quilombos*” (Gomes, 2005, p.16).

² Comparada a figura mitológica Hidra de Lerna o monstro invencível que gerava duas cabeça para cada uma decepada.



Referenciado nos estudos Gomes (2005) sobre a formação desses *Mocambos, Quilombos e Comunidade de Fugitivos* no Brasil do século XVIII ao XIX é que propomos voltar para esses *protestos negros* na *fronteira oeste* de Mato Grosso do período colonial. Precede a essa escrita, da experiência negra no oeste, o compartilhamento, com e a partir do referido estudioso desses *protestos negro*, a advertência de que a historiografia contemporânea procedeu uma revisão crítica dos estudos sobre essas experiências em torno da resistência escrava por meio de fugas e formação de quilombos, destacando, principalmente, a complexidade e as multifacetadas desse movimento, questionando assim, a ideia-modelo de um tipo de rebeldia escrava que se esgotava em si mesma.

Conforme Flavio Gomes (2005), mas do que “reagir” contra a violência senhorial tem se imperado a perspectiva do entendimento dessa luta, os seus significados e o cotidiano dessas experiências e visões escravas. Nesse contexto da escravidão, homem e mulheres, não só viveram, mas procuraram, dentro das brechas, organizar suas vidas e recriar-se, pois na *fronteira oeste* negociaram a criação de *negros fronteirícios*.

Num breve balanço sobre a historiografia da escravidão, Gomes (2005), aponta dois tipos clássicos de escrita histórica que balizaram, leituras e escrita, sobre os quilombos: O primeiro surge nos anos 30 do século XX sobre a influência de Ninas Rodrigues, cercado pela referência da antropologia cultural, tinha como objetivo caracterizar o quilombos e mocambos na perspectivas da *contra-aculturação*. Seguiram nessa linhas outros estudiosos como Arthur Ramos, Edson Carneiro e Roger Bastid que impetrou a interpretação sobre o quilombo no Brasil como resistência cultural de uma África - no Brasil – numa visão romantizada. Perpassa nessa perspectiva a história linear que enfatizava a ideia de difusão

A segunda perspectiva procede a uma crítica a essa interpretação, dispendendo esforços de revisão dos aspectos da suposta ideia de docilidade dos cativos e do caráter brando da escravidão no Brasil, essa corrente historiográfica surgem nos anos de 1960 do século XX, com a obra original de Clovis Moura, seguida dos estudos de Alípio Goulart, Luis Luna e Décio Freitas, que faz um revisitas aos estudos dos quilombos numa proposta analítica do materialismo histórico dialético. Esses estudos deram destaques as diversas formas de protesto e os quilombos eram analisados sobre a forma de resistência escrava. Conforme Gomes (2005):



Tanto as abordagens que entatizaram a resistência cultural como aquelas que destacaram a luta de classe e o “desgaste” que os quilombos imprimiram no sistema continuaram a insistir em pressupostos que marcavam quase sempre a “marginalização”. Houve contudo diferenças nessas reflexões, assim como avanço importantes.. Clovis Moura apontou pioneiramente como era complexas as relações de quilombolas com a massa escrava e mesmo com outros movimentos sociais. Já Bastide formulou uma explicação original para entender a cultura afro-brasileira dos quilombos e chegou a destacar as suas possíveis relações com grupos indígenas. (Gomes, 2005, p.27)

Nos estudos recentes, no qual destaca a originalidade de Flavio Gomes, a apreensão sobre a escravidão, cerca-se de um arcabouço rico das pesquisas empíricas dialogando com diversos aportes teóricos metodológicos com intuito de reexaminar a resistência escrava em diferentes óticas. Tem se destacados estudos originais sobre o tema como, por exemplo, “as análises da etno-história sobre as comunidades de remanescente de quilombos”. Nesses novos estudos procuram “perceber os grupos quilombolas interagindo com os mundos da escravidão” (Gomes, 2005, p.30).

Através das complexas experiências históricas dos quilombolas se percebem, para além da resistência e dos variados aspectos das suas vidas sociais, econômicas e culturais, as transformações nas relações entre senhores e escravos. Ao contrario do isolamento, os mundos criados pelos quilombolas acabaram por afetar e modificar os mundos dos que permaneciam escravos e todaa sociedade envolvente (Gomes, 2005, p.30)

Gomes destaca que essas novas abordagens tem resultados em análise sobre as diversas facetas da resistência negra sob a égide da escravidão, pois na condição de cativos como protagonistas “empreenderam fugas, construíram quilombos, organizaram mocambos, realizaram levantes, protestos e motins, foram sujeitos de experiências múltiplas de resistência cotidianas” (Gomes, 2005, p.30). O autor caracteriza esse movimento como vivencias em *situações-limites*, no qual essas acomodações, enfrentamentos e confrontos, resultaram em experiências escravas “que se tornou possível perceber a recriação permanente do significado da liberdade”.

Os cativos reelaboram sempre suas visões a respeito do sentido de liberdade bem como do entendimento do que seria escravidão. Essas visões cotidianas adquiriram conteúdo políticos sutis profundos para vida desses cativos, principalmente num espaço de fronteira. Feita essa ressalva sob a perspectiva de abordagem em que trataremos as *Hidras na fronteira oeste*, dividiremos esse escopo historiográfico em dois momentos:



um primeiro sobre a formação da *Fronteira oeste* e sobre o movimento de gente e as tensões das relações nessa *fronteira hidráulica* e um segundo sobre as marcas das *hidras e pântanos negros* no oeste da Capitania de Mato Grosso.

A FORMAÇÃO DA *FRONTEIRA OESTE* E O MOVIMENTO DE GENTE

Fronteira: “*linha divisória; raia; confins*”³. Sendo assim, falar-se sobre a fronteira, não significa necessariamente a territorial, que abranger os limites territoriais tão demarcados como entendemos hoje, mas, sim apreendê-la como uma fronteira que ultrapassa essa sua dimensão e engloba um cenário conflitivo de relações sociais. Fronteira da história, de temporalidades, de etnias, de culturas, de humanidades, como nos escreve José de Souza Martins (2009) em um trabalho realizado em áreas de expansão das frentes pioneiras no Brasil e exposto no livro *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*.

Nessa dimensão da fronteira, as raias já não se fixam e avançam apenas pelos territórios geográficos, mas se constroem também naqueles sujeitos que se movimentam e a atravessam ou naqueles que, estando na fronteira, por ela são atravessados. São cercas que estabelecem a linha divisória da cultura e da natureza e que dividem filosoficamente, material e violentamente o humano do não humano. Ou linhas que forja a hibridação desses encontros e desencontros de culturas.

Esse lugar de fronteira, buscando entender o sentido da expansão imperial espanhol e sua conexão na América, Mary Pratt (1999) denominou de *zona de contato*:

Gosto de chamar de “zona de contato”, espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravismo, ou seu sucedâneos ora praticado em todo mundo. (Pratt, 1999, p.27).

A fronteira é o lugar do encontro e do desencontro do outro, é o lugar onde se confrontam diferentes grupos humanos com suas formas de ser, suas visões de mundo, suas humanidades. Ela é um lugar de conflito, a “*zona de contato*”. Na fronteira oeste foi o lugar do conflito social entre português, espanhóis, índios chiquitanos e africanos

³ Segundo o Dicionário Aurélio.



livres e escravizados, segundo Denise Maldí Meireles (1989), no caso dos índios sob o domínio dos espanhóis eles eram, nesse lugar *os guardiões da fronteira* e no caso dos africanos, sob o domínio dos portugueses, segundo a Instrução da Rainha D. Maria I, eles deveriam ser o *antemural da colônia* nessa fronteira. Ao considera nessa perspectiva do conflito:

(...) a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os “ditos civilizados” de outro; como senhores de escravos, de um lado, e os africanos escravizados de outro (Meireles, 1989)

O conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro da fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história.

A articulação política da colonização do Império português na América, na sua parte mais central, no século XVIII refletia duas fortes motivações: explorar as novas descobertas de ouro no extremo oeste e, por outro lado, definir os traçados e a demarcação das fronteiras, aqui na América, entre as coroas lusa e hispânica. A política de demarcação de fronteira era resultado de um extenso debate na península ibérica que atravessou a primeira metade dos setecentos com vistas a dirimir os conflitos expansionistas nas Américas.

O século XVIII, período de expansão, de *conquista*, de extensões dos domínios colônias das coroas lusa e hispânica, caracteriza-se também como período em que os reinóis da Península Ibérica discutiram e assinaram sucessivos tratados de demarcação de fronteira, como por exemplo, o Tratado de Madri, 1750 e o Tratado de Santo Idelfonso de 1777, ações que transformaram, ou melhor, deram sentido à visão da *terra da conquista* como *fronteira* ocidental do *Império português*⁴.

O Tratado de Madri, assinado em 1750, significou o reconhecimento de que, de fato, a América portuguesa “havia rompido a teórica linha limítrofe, do Tratado de

⁴ Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. (p. 254, 255).



Tordesilhas e atingira o que posteriormente veio a ser de maneira substancial suas presentes fronteiras”. (Boxer, 2000, p.309).

Assim, a *Fronteira Oeste* começou a ser desenhada a partir do delineamento apresentado no *Tratado Preliminar de Paz, e de Limites na America Meridional, Relativo aos Estados, Que Nella Possuem as Coroas de Portugal, e de Hespanha, Assinado em Madri pelos Plenipotenciarios de Suas Magestades Fidelissima, e Catholica, em o Primeiro de Outubro de MDCCLXXVII, E Ratificado Por Ambas as Magestades*, que nos seus artigos X e XI fica assim delineado a *fronteira oeste* marcado por rios, formando a *fronteiras hidráulicas*, diz os artigos:

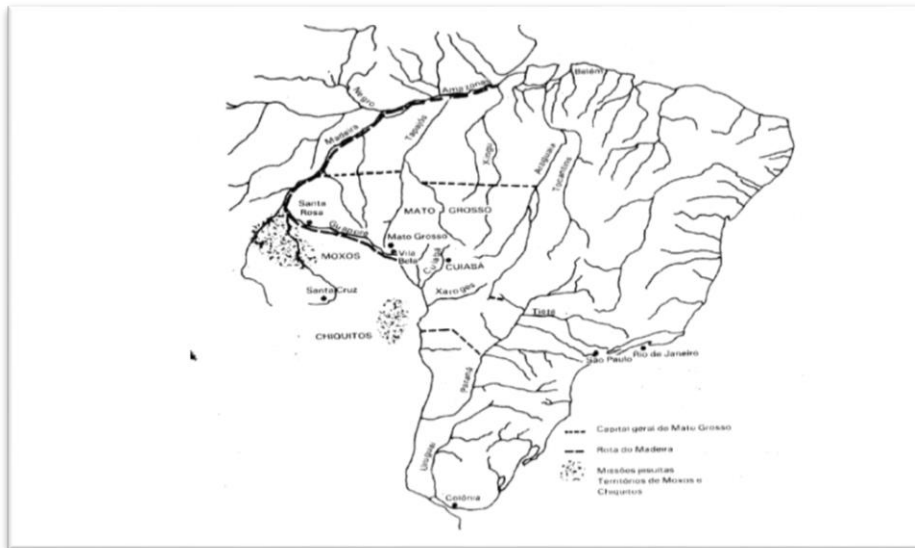
X – Desde a boca do Jaurú pela parte Occidental seguirá a Fronteira em linha recta até a margem Auftral do Rio Guaporé, ou Itenes defronte do Rio Sararé, que entra no dito Guaporé pela sua margem Septentrional, mas fe os Commiffarios encarregados de regular os confins, e execução destes Artigos, acharem ao tempo de reconhecer o Paiz, entre os Rios Jaurú, e Guaporé, outros Rios, ou balizas naturaes, por onde mais comodamente, e com maior certeza fe possa affinalar a Raia naquela paragem, salvando sempre a navegação do Jaurú, que deve ser privativa dos Portuguezes, e o caminho, costumão fazer do Cuyabá até o Mato grosso: Os duos Altos Contratantes contentem, e approvão que assim fe estabeça, sem atender a alguma porção mais, ou menos de terreno, que possa ficar a huma, ou outra parte. Desde o lugar que na margem Auftral do Guaporé for affinalado para o termo Raia, como fica explicado, baixará a Fronteira por toda a corrente do Rio Guaporé, até mais abaixo da sua união com o Rio Mamoré, que nasce na Provincia de Santa Cruz da Serra, e atravessa a fuzão dos Moxos, formando juntos o Rio, que chamão de Madeira, ou Amazonas pela sua margem Auftral.]

XI – Baixará a Linha pelas aguas destes duos Rios Guaporé, e Mamoré, já unidos com o nome da Madeira, já unidos com o nome da Madeira, até a paragens situada em igual distancia do Rio Maranhão ou Amazonas e da boca do dito Mamoré, e desde aquella paragem continuará por huma Linha Leste Oeste até encontrar com a margem Oriental do Rio Jabari que entra no Maranhão pela Margem Auftral, e baixando pelo álveo do mesmo Jabari até onde desemboca no Maranhão ou Amazonas....

Como podemos observar nos mapas sequenciados:

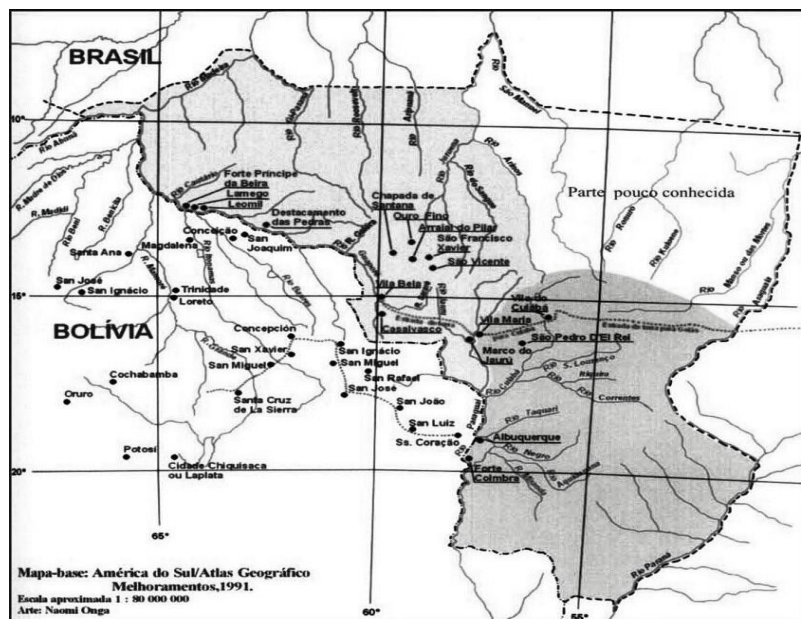


Figura 2. Trecho da Fronteira Oeste de Vila Bela ao Rio Madeira, divisa do Estado Grão-Pará e Maranhão



Fonte: DAVIDSON, David, M. "How the Brazilian West was Won: Frelece e State on the Mato Grosso Frontier, 1732-1752."

Figura 3. Trecho da Fronteira Oeste de Vila Bela ao Rio Madeira, divisa do Estado Grão-Pará e Maranhão



LEGENDA	
	Capitania de Mato Grosso
	Repartição do Mato Grosso
	Repartição do Cuiabá
	Vila e arraial
	Rio
	Estrada
	Divisa internacional
	Divisa interestadual

Fonte: DAVIDSON, David, M. "How the Brazilian West was Won: Frelece e State on the Mato Grosso Frontier, 1732-1752."



Sobre a constituição dessa fronteira o governador do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado em missiva ao Conselho Ultramarino, informando sobre o cumprimento do Tratado de Limites (1750) defende:

Enquanto ao caminho deste Estado para Mato Grosso, assentam todos os que têm conhecimento destes sertões que nada convém tanto à segurança e subsistência daquelas minas, e para embaraçar aos castelhanos, o quanto se vão adiantando em aldeia no rio Aporé, com que em pouco tempo nos privarão a comunicação com aquelas minas, sem que, de se frequentar, se seguisse prejuízo algum ao serviço de S. Maj., às alfandegas do Rio de Janeiro, ou ao perigo imaginado de que, pelo dito caminho, poderia ter os estrangeiros mais facilidade para nos entrarem nas ditas minas. [...] (Furtado, 1752, p.185).

Dentre as razões que argumentavam, apontam:

- ... frequentando-se este caminho os mesmo passageiros embaraçariam aos castelhanos o avançarem mais sobre as nossas terras e que quanto menos jornadas fizemos para aquelas minas, tanto mais livres ficam os castelhanos para irem multiplicando aldeias, e que a experiência mostrou que, por falta de conhecimento a navegação do rio Aporé, passaram os castelhanos à parte que nos toca afundar as aldeias de Sta Rosa, São Miguel e São Simão, e que teriam já fundado mais algumas em maior prejuízo nosso, ...;
- ..., além de se permitir o caminho franco os que quiserem passar desta cidade para o Mato Grosso, se estabelecerem nas partes que se julgarem mais convenientes algumas povoações, fazendo na principal uma fortaleza capaz de fazer respeito...;
- ... franquear aquele caminho fazer nele as sobreditas povoações, crescerão os estabelecimentos dos castelhanos à proporção do nosso descuido, e fazer-se-ão tão poderosos naquelas partes que nos poderão dar grande cuidado nas mesmas minas do Mato Grosso, sem nos ficar outro meio de as socorrer, ...

Este projeto colonizador, com vistas à produção de *fronteira internacional*, envolveu ações como: tratados de limites, destacamentos militares, criação de fortaleza, comissão demarcadoras bem como os agentes como trabalhadores indígenas, negros cativos e libertos, cartógrafos, padres e outros, formando um corpo que se envolveu na expansão dos domínios luso no extremo oeste da América portuguesa.



Uma região que já tinha a presença dos espanhóis, dos jesuítas, das nações indígenas, passa a ter, também, a presença constante e intensiva de bandeirantes paulistas, portugueses e um grande contingente de negros cativos e forros. Assim, o que já era cenário de *fronteira do império* passou a ser, também, *fronteira de colonos* espanhóis e portugueses e *colonizados* índios e negros. É no contexto dessas fronteiras, que se deu a formação *das espacialidades*, a qual incluirá a *espacialidade negra*, configurada em *aquilombamento*.

Desse modo, redigiu diversas cartas à Corte Portuguesa e mesmo a autoridades do governo local, especialmente as do Estado do Grão-Pará e Maranhão, haja vista que a colônia estava dividida entre o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, havendo distinções nas ações e políticas coloniais empreendidas, dadas as diferenças entre os dois Estados. Para desenvolver essa parte do domínio português cria a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão por Alvará Régio de 7 de junho de 1755.

A criação dessa Companhia, significou a abertura da navegação através dos rios Madeira/Mamoré/Guaporé com a responsabilidade de abastecer a Capitania do Mato Grosso, via a *monções do norte*. Segundo Lapa (1973) *monção* para os colonos do século XVIII servia para designar os comboios, isto é, os conjuntos de barcos que cumpriam certa periodicidade e vinham carregados de mantimentos e pessoas. Essas *monções*, que vinham pela rota fluvial madeira/Mamoré/Guaporé eram conhecidas por *moções do Grão-Pará*. Introduzindo em Mato Grosso não só gênero alimentícios mas,, principalmente, escravos africanos, mão-de-obra reivindicada pelo governador às autoridades em Lisboa.

À distância entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Belém, sede do governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, era de aproximadamente 3.000 quilômetros. O trecho a ser demarcado, povoado e militarizado era de aproximadamente 1.200 quilômetros, a partir do Marco de Jauru (fixado na boca do rio Jauru) até o rio Madeira, divisa natural entre Mato Grosso e aquele Estado espanhol. Ocupar e povoar esse dilatado espaço requeria considerável população, bastante reduzida à época, como indicado acima.

A formação dessa *fronteira*, nos contornos desses caminhos, passou pelo reconhecimento da existência de múltiplas e complexas experiências, as quais podem ser referenciadas como experiências de fronteiras, ressaltados, em grande parte, da simbiose de paisagem, pessoas e culturas, de uma nítida relação e correspondência,



entre a ideia de *sertão* e a expansão “civilizada”. Parafraseando Holanda (1994), nesses caminhos, falar de fronteira é considerar as mobilidades e os deslocamentos nesse território em que os *homens eram fronteiros* vivendo o confronto e o encontro de hábitos, etnias, de linguagens, por fim, de cultura.

Na margem ocidental do Guaporé, os espanhóis, com suas missões jesuítas, espacializaram essa parte da América, através do aldeamento junto às nações Moxos e Xiquitos. Essas espacialidades indígenas mereceram atenção de Maldi (1989) que apresentou uma análise sobre a construção histórica de uma das primeiras *fronteiras* definitivas do Brasil, focalizando o lado ocidental do Rio Guaporé, durante o século XVIII e priorizando as espacializações ameríndias em busca dos *Guardiães das fronteiras*. (Maldi, 1989).

Olhando a fronteira pelo seu lado ocidental, circunscreveu sua análise às regiões situadas entre os contrafortes *andinos*⁵ e o rio Guaporé, ao longo de seus afluentes e tributários, onde estavam as várias nações indígenas, que exibiam populações notáveis e complexas organizações sociais que iriam confrontar-se com o conquistador da expansão de fronteira. Quanto aos povoadores e às condições de comércios dos arraiais visitados documenta Rolim de Moura:

Acham-se porém estes arraiais tão despovoados, que em ambos não chegam os *brancos a setenta*, e deste só sete são casados. **Os mulatos, bastardos, e pretos forros** outros tantos. Matriculando-se na última matrícula do ano passado **mil cento e setenta e cinco escravos**, dos quais são poucos os de menor idade, que trinta anos e muitos os de quarenta, até cinqüenta, assaz dilatados para **pretos mineiros**, principalmente neste clima em que envelhecem, e se invalidam mais depressa, o que está mostrando não estarem há anos nestas minas **pretos novos**, pela incapacidade, em que se acham os seus moradores de os comprar pelos preços por que aqui chegam carregados. Matricularam-se também somente **dezesseis ofícios**: cinco venda de segunda classe e entre lojas, boticas e cortes de carne entrando quatro adventícios talvez pela minha vinda, doze todas da terceira classe, ao mesmo tempo, que valem aqui as fazendas uns preços exorbitantíssimos. Toda a freguezia não tem mais que duas mil duzentas, e vinte e sete pessoas de confissão, em que entram *carijós*⁶. (grifo nosso)

Na *repartição* do Mato Grosso, mesmo antes da fundação de vila-capital, a presença de negros cativos e liberto ressaltou para o primeiro plano, pois *na última matrícula do ano passado mil cento e setenta e cinco escravos*, somando os libertos e considerando o baixo número de gente branca já adjetivava essa *repartição* como

⁵ Significa as planícies orientais da Bolívia atual.

⁶ Carta de Antonio Rolim de Moura à Sua Majestade D. José I em 18/06/1752. In: (Moura, 1982, p. 96).



espacialidade negra. Mas do que mãos-de-obra, negros cativos e libertos eram fundamentais para desenhar, povoar e edificar a espacialidade lusa nesse extremo oeste oriental. Se os espanhóis fizeram dos *Mojos* e *Chiquitos os guardiões de suas fronteiras*, do lado luso serão a *gente cor* os responsáveis para cumprir esse papel, pois os *carijós*, nessa parte da Capitania, passaram a ser coadjuvantes dessa empreitada.

Entender essa espacialização da *fronteira oeste* também como de *espacialidade negra* começa a fazer sentido quando observamos os primeiros dados quantitativos da população dos arraiais das minas e da vila-capital de Mato Grosso apresentado por D. Antônio Rolim de Moura, 1º Governador da Capitania. Em sua correspondência em 1755, informa que naquele ano a população era de 2.227 almas, das quais 1.175 escravas. Os 1.052 livres eram em sua maioria mulatos, bastardos⁷ e pretos forros, além de índios e brancos. “Não chegam os brancos a 70, dos quais só sete são casados⁸. O restante da população constituída de mulatos, bastardos e negros forros, que calculados podiam ser outros tantos. (...), e do rol da desobriga do ano passado contem 2227alma entrando carijós”⁹ .

Esta política de povoamento aplicada na *Repartição do Mato Grosso*, em 1780 apontava para a população de Vila Bela e seus arraiais, conforme Bandeira:

Somavam em 5.199 habitantes, de acordo com o mapa geral da população da Capitania de Mato Grosso. Essa mesma fonte registra 795 habitantes do Forte Príncipe da Beira e missões de índios adjacentes, que somados aos da cidade de Vila Bela totalizam 5.994 habitantes. Consta desse mapa uma observação de que “três quartas partes, ou mais ainda” dos habitantes da Capitania, “são Negros, Mulatos, Mestiços das muitas diferentes espécies que há neste Paizes, sendo a mais considerável parte a dos que tem aliança com os ditos Negros de África sujeitos ao Cativeiros”. (Bandeira, 1988, p.50, 51).

Já, o mapa populacional apresentado 1800 apontava para Vila Bela, conforme Filho (1994), uma população de 7.105 almas, constituída de 504 brancos, 131 índios, 5.163 pretos, 1.307 mulatos. Nesse número incluem-se 3.980 escravos, dos quais 3.848 eram pretos e 132 mulatos¹⁰. A espacialidade urbana da vila-capital era negra, nasceu e continuou negra.

⁷ Cf. Moura (1982): Por bastardo “*lá na América se entende filho de branco com índio*”.

⁸ Cf. Moura, (1982, p. 73).

⁹ Cf. Moura, (1982, p. 74).

¹⁰ Cf. Filho, (1994, p. 630)



É esse contingente de negros, trabalhadores das minas de ouro da região, os negros cativos e livres que garantiam a extração das riquezas aos portugueses, provocando ao mesmo tempo o surgimento de novos arraiais como: São Francisco Xavier, Santana, São Vicente, Nossa Senhora do Pilar, Brumado, Ouro Fino e Boa Vista, que iam surgindo em torno dessas minas. Assim, assegurando aos lusitanos o avanço e domínio dessa porção do território brasileiro.

Observando a dinâmica dessa população Bandeira (1988) chama a atenção que em meio século, 1752-1800, a população na *Repartição do Mato Grosso* dobrou em número redesenhando essa fronteira em que fundava um *território negro* nesse espaço branco português, na medida em que, predominantemente, essa população era constituída de negros e mulatos. Ressalta, também, a expressão significativa de pretos e mulatos livres nesse período. Sobre essa população em Vila Bela diz a autora:

Na virada do século XVIII para o XIX, conseqüentemente, a população livre era predominantemente constituída de negros e mulatos. Dos 3.125 livres, 42% eram pretos, 38% mulatos, 16% brancos e 4% índios. Se considerarmos porém a totalidade da população, essas relações se alteram para 91% de pretos e mulatos, 7% de branco e 2% de índios. (Bandeira, 1988, p.51).

Continuando esse mapeamento populacional, segundo o “Mapa da População de Vila Bela e Districtos do seu Termo”, de 1816¹¹ a população somava um total de 5.822 habitantes. Desse total, 2.345 residiam na cidade de Vila Bela e o restante 3.477 habitantes distribuíam-se por Casalvasco, Arraial do Pilar, Distrito da Chapada, Distrito de São Vicente, Distrito da Lavrinha, Registro do Jauru e Forte Príncipe da Beira. Quanto à condição de cor a população residente na cidade estava assim distribuída: 206 brancos, 575 pardos livre, 67 pardos escravo, 646 pretos livre e 851 pretos escravo.

Em 1828 o Sargento-Mor Engenheiro encarregado da “Comissão Estatística, e Topografia acerca da Província de Mato Grosso” Luiz D’Alincourt¹², apresenta uma Mapa Geral da população da cidade de Mato Grosso, em que o quadro da população de Vila Bela estava assim discriminado: 1.093 livres, sendo 124 brancos, 54 índios, 480 pardos, 435 pretos; e 502 escravos, sendo 22 pardos e 480 pretos. Após 1828, segundo Bandeira (1988), os dados sobre a população da Província de Mato Grosso só

¹¹ Por Antonio d’Azevedo, Capitão da 8ª. Companhia. IHGB, Lata 136, Doc. 32.

¹² Por Luiz D’Alincourt, In *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, 1880 -1881*. Vols. III e VIII.



reaparecerá no “Mapa da População elaborado pela Secretaria de Governo” em 03 de maio de 1849¹³. Segundo esse mapa a população total de Vila Bela era de 2.760 habitantes, dos quais 2.230 livres e 530 escravos.

Através desses mapas populacionais podemos acompanhar o movimento desse contingente populacional na *fronteira oeste* do Brasil, nos arraiais em tornos das minas da *Repartição do Mato Grosso* e a fixação da população na sua Vila-capital. Se no outro lado do rio Guaporé, na parte espanhola, os Mojos e os Chiguitos eram os *guardiões de suas fronteiras*, na parte de cá, da Coroa lusitana, foram os Pretos livres e cativos os *guardiões dessa fronteira*. Entender esses deslocamentos de gente significa historicizar sobre as informações desses mapas populacionais, assim como sobre o papel dos negros nessa fronteira.

Percorrer esse caminho delineando no movimento ilustrado de formação dessa fronteira que terá na vila-capital da capitania de Mato Grosso a representação mais autêntica dessa política de expansão fronteirística de dominação, serviu de pretexto e de entendimento para a formação das *Hidras na/da fronteira* bem como o movimento de gentes na dinâmica da *fronteira oeste* que também abrigou quilombos ou seja, formação *aquilombamento* que possibilitou uma trajetória, nesta parte mais a oeste, se constituir em fronteira da mineração à *fronteiras da Hidra*. E sobre as marcas e trânsito desses negros cativos e liberto, ora associado aos ameríndios na formação de quilombos que passamos a escrita histórica

MARCAS DAS “HIDRAS E PÂNTANOS NEGROS” NO OESTE DA CAPITANIA DE MATO GROSSO

Nas diversas experiências de formação de *Hidras* por cativos, como bem adverte Gomes (2005), há que relativizar as experiências organizativas, pois as formas de organização dos *aquilombamentos* tem que ser entendida dentro de uma lógica própria de cada grupo de cativo, que com estratégias de autonomia diferenciadas e, ao mesmo tempo, compartilhadas os escravizados e quilombolas conquistavam margens de autonomia, acesso e controle da utilização da terra. Conquistaram e preservaram-se espaço de autônomos. Segundo Flavio Gomes (2005.p.34) *os aquilombamentos*, que é entendido como forma de *protesto social dos escravos*, tem vários significados:

¹³ Por Joaquim José de Oliveira, In Série Falas e Relatórios dos Presidentes de Província. NDIHR/UFMT.



Coexistiram diversas formas de quilombos: havia aqueles que procuravam constituir comunidades independentes com atividades camponesas integradas à economia local, existia o aquilombamento caracterizado pelo protesto reivindicatório dos escravos em relação a seus senhores e havia os pequenos grupos de fugitivos que se dedicavam a razias e assaltos às fazendas e povoados próximos. Essas formas de aquilombamentos possuíam vários significados tanto para os quilombolas e para aqueles que permaneciam cativos como para senhores e autoridades. Os quilombos mais duradouros, a despeito das constates expedições reescravizadoras, conseguiram se reproduzir ao longo do tempo e manter uma economia estável. Cultivavam para a sua subsistência e também produziam excedentes, negociando e mantendo trocas mercantis (Gomes, 2005, p.34).

Por se constituir com região de fronteira, em especial, *fronteira hidráulica* a fuga de escravos e formação de quilombo na Capitania de Mato Grosso foi algo corrente no cotidiano da escravidão colonial estendendo-se ao século XIX como bem constata os relatos que inicia esse artigo. Pois a documentação referente a escravidão e quilombo ressalta referências sobre a movimentação de negros cativos e libertos principalmente e se tratando de fuga de escravo para os domínios castelhanos e formação de *aquilombamentos*. Pois, desde a descoberta das primeiras lavras auríferas durante a primeira metade do século XVIII já encontramos essas referências, ou seja, marcas de negros em movimento.

Nos Anais de Vila Bela 1734-1789 encontramos relatos dos camarários denunciando a presença de coiteiros de escravos e rotas de fuga de negros para o Vice-reinado do Peru e para outras capitanias do território da América portuguesa, bem como a presença de quilombo nessa fronteira. Pois, temos que considerar que, desde o governo do capitão-general Rodrigo Cezar de Meneses, governador da capitania de São Paulo (1721) já encontramos vários bandos editados, proibindo tal prática e estipulando punições rigorosas para quem ajudasse na fuga de escravos.

Nas cercanias da fronteira oeste, a partir do governo do capitão-general D. Antonio de Rolim de Moura (1752), o primeiro governador da Capitania de Mato Grosso, as denúncias dos proprietários de escravos sobre as fugas nessa fronteira eram frequentes. Como bem evidencia os Anais de Vila Bela, essas fugas, para os domínios castelhanos, devem ser vistas como ações dos escravizados em busca de liberdade, pois, assim como havia interesse por parte dos espanhóis em adquirir cativos da capitania de Mato Grosso, haviam, de parte dos portugueses, interesse em atrair ameríndios das missões espanholas para os seus domínios. E, também, essas fugas eram motivadas para



à formação de quilombos. Estamos, de certo modo, considerando que os escravizados podiam constar da pauta de negociações das autoridades espanhola e portuguesa na região.

A fuga de índios aldeados pelos espanhóis, que adentravam as terras portuguesas, tinha movimento mais antigo e contínuo nesta parte da América portuguesa e espanhola. Abandonavam as missões a que estavam retidos e procuravam abrigo nas povoações portuguesas. Essa imigração de índios castelhanos interessava à coroa portuguesa no que tange aos seus planos de povoamento da *fronteira oeste*, na sua parte lusitana bem como ao intuito de atenuar as carências de mão-de-obra que a região enfrentava constantemente.

[...] A fuga de escravos não se prendia, assim, apenas, às questões de relações de trabalho, mas envolvia também aspectos políticos. Esse fluxo migratório passou a interessar às autoridades espanholas que procuravam incentivá-lo, em proveito próprio. Por outro lado, essa movimentação de fronteira era utilizada como fator de aproximação das autoridades ibéricas. Periodicamente, portugueses e espanhóis comprometiam-se a promover a mutua devolução de índios e escravos africanos (Volpato, op. it., pp. 72-73).

Esta prática da fuga, encontraremos também ocorrendo na capitania do Grão-Pará e Maranhão intensificando e se intensificando na capitania de Mato Grosso, principalmente no período 4º governador da capitania o capitão-general Luis Pereira de Melo e Cáceres, que chegou a relatar essas fugas escravas e esmerou na organização dos militares do forte Príncipe da Beira, em 24 de maio de 1789, ocasião que conseguiram prender um grupo de 16 escravos fugidos das capitanias de Goiás e do Grão-Pará.

[...] haja de ser cabalmente informado do grau de malícia e temeridade a que se arrojam os escravos entre Machos e Fêmeas desse Estado fugindo debaixo da guia e direção de um pedestre que tinha sido desta guarnição, e que desertaram passando a essa cidade em diligência para os domínios espanhóis da Província de Moxos, lugar remotíssimo a respeito daquele domicilio de onde se tinham escapado depois de subirem pelos rios Amazonas, Madeira e Mamoré, e que além de todo esse processo também V. Ex^a seja presente em como o interino Governador daquela Província Espanhola [...] usando de muito melhor for do que ordinário costumam praticar semelhantes comandantes não duvidou restituir os mesmos 16 escravos de entre os quais mandei ficar no Forte Príncipe da Beira presos em celas trabalhando todos os machos, havendo determinado que as fêmeas por inutilíssimas que eram naquele estabelecimento se remetessem para esta capital [...]. Os ditos escravos já V. Ex^a compreenderá que não só fizeram logo em Espanha a despesa de 200 pesos em uma das ditas relações, mas outras mais partidas não pouco consideramos da mesma que de necessidade ocasionavam o seu transporte, segurança e manutenção em



desembolso da Fazenda Real desta capitania que como deverá de tudo ser indenizada¹⁴.

Desses relatos ficam perceptíveis que esses escravizados fugitivos demonstram um conhecimento apurado sobre as rotas de fuga que poderiam levá-los a conseguir *a liberdade do outro lado da fronteira* ou até mesmo aos quilombos da região. As longas distâncias, navegando através dos rios Amazonas, Madeira e Mamoré, desviando dos costumeiros trajetos percorridos pelos comboios de comerciantes da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e por militares, procuraram fundar quilombos e atingir as missões castelhanas existentes na Província de Moxos. Essa arriscada investida em busca da liberdade demonstra de parte dos escravizados em fuga, certo planejamento, antecipado que contavam com apoio de uma rede de pessoas que conheciam ou tinham informações sobre como chegar aos povoados espanhóis¹⁵ ou aos *quilombos da fronteira*.

Há que destacar a ousadia dos fugitivos de outras capitanias como, por exemplo, Goiás e do Grão-Pará que se sentiam atraídos pela possibilidade de viverem livres em domínios espanhóis, as promessas feitas, por quem vivia do outro lado da fronteira, deveriam atrair, na mesma intensidade, os escravizados existentes na capitania de Mato Grosso. Segundo Meireles (1989, p. 59), os pontos de fuga pareciam ser vários, “usualmente os escravos alcançavam a foz do rio Itonomas, subiam o rio e chegavam a missão de Magdalena, mas também procuravam a missão de Loreto. Faziam, desse modo, o caminho inverso dos índios”.

Essas fugas de escravos para as províncias de Moxos e Chiquitos localizado no lado espanhol da *fronteira oestes* configuravam alternativas e decisões tomadas, tendo como base múltiplos interesses, uma vez que já existiam quilombos no vale do Guaporé, próximos à fronteira com os domínios espanhóis. Da mesma forma, que esses quilombos existiam na capitania de Goiás e no Estado do Grão-Pará, como em várias outras partes da América portuguesa.

Na fronteira esses movimentos ganhavam contornos movediços e quase que dramático de ponto de vista dos interesses das coroas nessa parte mais a oeste da América portuguesa, levando as duas coroa a incluir na tratativas políticas da definição da fronteira as questões das fugas.

¹⁴ AHU-UFMT-NDHIR. Fugas de Escravos, Documentos 4321 e 4325, Microficha 359, 1789.

¹⁵ AHU-UFMT-NDHIR. Fugas de Escravos, Documentos 4321 e 4325, Microficha 359, 1789.



A devolução de escravos e ameríndios fez com que as coroas ao estabelecessem regras explicitadas em alguns pontos no Tratado de Madri de 1750, o qual estabelecia a troca mútua de prisioneiros, escravos e ameríndios fugitivos. No entanto, entre o que preconizava o acordo de trocas e a ocorrência na prática, havia um significativo distanciamento, traduzidas em morosidades intermináveis para que as devoluções se concretizassem. Alguns escravizados e ameríndios eram devolvidos, outros eram acoitados por algum religioso, autoridade colonial ou colono espanhol interessado na manutenção do fugitivo. Do lado português, os ameríndios que vinham dos domínios espanhóis eram logo assentados em alguma parte da fronteira.

As tratativas em relação a essas fugas, que representavam um vai-e-vem nessa fronteira, pois, o movimento de gente que tinha motivações diversas - políticas, econômicas e culturais - para por em cheque a o controle das autoridades colônias teciam com frequência novos espaços e experiências de liberdades desses cativos fronteiriços. Essas experiências do outro lado e do lado de cá da fronteira resultaram nas construções de *aquilombamentos*, que passamos a marcar esses espaços de liberdade, aprendida na através da documentação e das tessituras historiográficas sobre os quilombos em Mato Grosso..

Na *fronteira oeste* da capitania de Mato Grosso, na segunda metade do século XVIII, não foram poucos os cenários, nem os personagens que ousaram desafiar o poder das autoridades coloniais atravessando o rio Guaporé, fugindo para os domínios espanhóis e constituindo *aquilombamento* nas cercanias dos pântanos e rios desta parte mais a oeste. Com a configuração desta fronteira advinda com concretização da vila-capital da Capitania de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, já encontramos registro de ajustamento de escravos que aquilombavam-se ao norte das Novas Minas ou “ajuntavam-se, indo pelos campos das salinas, às malocas dos chiquitos nas bandas castelhanas ou às aldeias das missões” (Ramalho, 1980, p.69)¹⁶. Conforme Ramalho:

As margens de um rio dominado pelos índios Capixis, se aquilombaram cerca de 300 escravos. O quilombo foi fundado por José Piolho, escravo fugitivo, que havia sido morto pelos índios Cabixia e sua mulher comandava o quilombo e diz-se ter sido conhecida por rainha Tereza. O quilombo do Piolho (que é o mesmo do Quariterê ou da Carlota, de que ainda falaremos) foi devassado mais tarde por uma bandeira em maio de 1770. Foram recambiados a Vila Bela (Ramalho, 1980, p.69).

¹⁶ Revista Histórica “O Policial”, Cuiabá, Ano 1, N. 2, maio de 1980, in “Vila Bela da Santíssima Trindade: o berço do Estado”, p. 69-a-72, Diretor responsável Aldenor Leite Ramalho.



Na *fronteira oeste*, provavelmente, nenhum fato histórico evidenciaria melhor a movimentação de escravizados africanos em aliança com os ameríndios americanos que resultaram em aquilombamento como o que ocorreu no *Quilombo do Piolho*, também referido *Quariterê* ou *Quaritetê*, que passado algumas décadas de sua existência veio ser atacado e destruído em 1.770 a mando do Capitão-General Luís Pinto de Souza, através de expedição comandada pelo sargento-mor João Leme do Prado¹⁷.

Após a destruição do quilombo a bandeira retorna a Vila Bela conduzindo os escravizados capturados, trazendo, também, “grandes jacás recheados de mantimentos, peneiras confeccionadas com talas de taquaritinga, balaios repletos de bolos de polvilho e de milho e ainda panelas de barro contendo mel e melado” (Pinto, 1944, p.33), toda essa cultura material, demonstra um elevado nível de organização social em que já se encontrava o quilombo. Pois o sucesso do feito do sargento-mor João Leme do Prado, acompanhado de pessoas fortemente armadas, só se deu pleito depois de enfrentar a dura resistência quilombola, em pleito que antecederam no qual levou a morte de nove pessoas dentre elas o “José Piolho conselheiro da rainha do Quilombo, a Tereza da nação benguela, também presa, é que conseguiu aprisionar 44 dos 79 escravos, que lá viviam, com 30 índios”¹⁸.

O historiador Virgílio Corrêa Filho (1994), alerta em sua escrita que a especificidade desta parte mais a oeste, como fronteira geográfica e de gente, há que considerar as diversas nações ameríndias da região, uma vez que é plausível a presença do ameríndio aliado aos escravos negros nas suas sublevações, como podemos constatar na própria reorganização do *Quilombo do Quariterê* após sua destruição.

Corrêa Filho (1994) atribui a José Piolho a chefia desse quilombo, antecedendo, após sua morte em uma das tentativas de destruição, por Tereza de Benguela, a Rainha, provavelmente a única mulher escravizada a comandar um quilombo na região do Brasil Central que, ao perder para a Bandeira o quilombo, e rejeitando o retorno ao “*status*” de escrava, morreu em poucos dias, antes mesmo do retorno da bandeira a Vila Bela.

¹⁷ PINTO, Roquete. *Rondônia*, Rio de Janeiro, 1944: .in Doc. Arquivo Ultramarino, transcrição do Diário de Diligência escrito pelo Alferes de Dragões, Francisco Pedro de Melo, comandante da expedição que destruiu o quilombo, p. 33.

¹⁸ PINTO, Roquete. *Rondônia*, Rio de Janeiro, 1944: .in Doc. Arquivo Ultramarino, transcrição do Diário de Diligência escrito pelo Alferes de Dragões, Francisco Pedro de Melo, comandante da expedição que destruiu o quilombo, p. 70.



Com a destruição do quilombo, restaram-se poucos negros, como, aliás, já era comum nesses casos na Colônia afora, que protegidos pela mata e serra, como a dos Parecis, não desistiram de formar um novo quilombo, em local ainda mais distante, onde se passou a plantar cereais e também algodão; dispunham de teares e pelo menos duas tendas de ferreiro, com as quais se consertavam as peças e ferramentas obtidas pelos fugitivos, reorganizando assim o espaço de sua liberdade.

Na ocasião da destruição dessa nova comunidade quilombola, ocorrida em 7 de maio de 1795, quando o Capitão-General João de Albuquerque enviou a bandeira chefiada por Francisco Pedro de Melo, com mais “39 pessoas armadas”. Deixou o porto de Vila Bela, descendo pelo rio Guaporé, em uma viagem de 15 dias, aportando das canoas e internou-se nas matas a leste da capital da Capitania, conseguindo pleito, segundo Corrêa Filho (1994), somente em 19 de julho de 1795, que a bandeira chefiada por Francisco Pedro de Melo surpreenderam três índios e um negro e, assim alcançando o Quilombo, que era constituído por maioria ameríndia. Sendo que das 54 pessoas presas, 06 eram negros, 08 índios, 19 índias, 10 caborés e 11 caborés fêmeas.

Clóvis Moura (1989), além de admitir a existência do *Quilombo do Quariterê*, lista mais aldeamentos negros à margem do rio Piolho, no Guaporé, com base nas correspondências do Conselho Ultramarino elenca: os quilombo nas vizinhanças do Guaporé o Quilombo da Carlota¹⁹; Quilombo à margem do rio Piolho; Quilombo de Pintaiatuba; Quilombo da Mutuca e o Quilombo de Teresa do Quariterê, explicando que este último é o mesmo quilombo do Piolho, cuja chefia inicial pertencia a *José Piolho*, antecedendo à *Teresa Rainha* (Moura, 1989, p.26).

Considerando, então a pesquisa e documentos até aqui manuseados referente as fugas, movimentos, dos escravizados e dos quilombos na fronteira oeste da América portuguesa, acreditamos que podemos listar, entre os séculos XVIII e XIX, as seguintes comunidades quilombolas nesta parte de Mato Grosso:

¹⁹ O Quilombo de Carlota, em razão de sua origem histórica, em considerando o contexto temporal nem poderia ser definida como um quilombo. Trata-se de comunidade planejada e criada por interesse da coroa portuguesa, no qual o capitão-general, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, achou por bem “transferir oficialmente” para aquele local, objetivando garantir a fronteira Oeste e evitar o avanço espanhol, seus ex-escravos, então alforriados, em razão da idade, extremamente avançada. Assim, o que era quilombo do Piolho, passou a chamar-se Carlota, em homenagem à dona Carlota Joaquina, princesa de Portugal e esposa do príncipe Dom João (futuro Dom João VI).



- Quilombo do Quariterê, também chamado do Quaritetê, do Piolho e, no final, denominado Carlota, local onde o rio Piolho, passou a ser designado também São João, no vale do Guaporé.
- Quilombo do rio Sepotuba, afluente rio Paraguai, na linha de fronteira com a Bolívia.
- Outras pequenas comunidades na Chapada dos Parecis e proximidades dos rios Galera, Sararé e Pindaituba.

A condição de Mato Grosso como área fronteira foi uma região que efetivamente favoreceu a movimentação dessa gente – africana e ameríndia - a formação de quilombos durante os séculos XVIII e XIX, considerando os desafios do acesso e circulação pelos rios e caminhos nas matas bem como as reações indígenas contra os colonizadores, tudo isso, favoreceram a constituições desses espaços de liberdade que resultaram em quilombos ou na busca de fixação no outro lado da fronteira.

Esses espaços de liberdade resultados das experiências cotidianas de homens e mulheres na condição de escravizados ou aldeados, nesta parte oeste da América portuguesa, ainda tem pouco registro histórico no que se refere a esses *protestos negros*, cujas ações cotidianas possibilitaram a existência desses *quilombamento* e pequenos núcleos de povoamento. Mesmo na condição de escravizado foram adquirindo uma capacidade de mobilidade e negociação que lhe deram posição de privilegiados nas relações sociais estabelecida na fronteira.

REFERENCIAS

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território Negro em Espaço Branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense/CNPQ, 1988.

CORREA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*, Cuiabá, edição Fundação Júlio Campos, 1994.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos quilombolas e comunidades de fugitivos no Brasil (século XVII-XIX)*. São Paul: Ed. UNESP : Ed. Polis, 2005.

MEIRELLES, Denise Maldí. *Guardiães da fronteira*. Rio Guaporé, século XVIII. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*, São Paulo, Ática, 1989, p. 26.



PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999

PINTO, Roquete. *Rondônia*, Rio de Janeiro, 1944: .in Doc. Arquivo Ultramarino, transcrição do Diário de Diligência escrito pelo Alferes de Dragões, Francisco Pedro de Melo, comandante da expedição que destruiu o quilombo, p. 33.

VOLPATO, Luíza Rios Ricci. Quilombos em Mato Grosso: Resistência negra em área de fronteira. São Paulo, in *Liberdade por um Fio*, org. de João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, Cia. das Letras, 1996, p.226.

VOLPATO, Luisa Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil – 1719-1819*. São Paulo: HUCITC, 1987.

Recebido em outubro de 2015
Aprovado em janeiro de 2016